AVEIRO — REGIÃO QUE ME ENCANTA

pela sua paisagem física e pela sua paisagem humana

GENTE PORTUGUESA DA MELHOR!

DISSE O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS

A O fim da tarde do último sábado, 29 do mês findo, depois de, pela manhã, ter presidido, em Espinho, na companhia do sr. Subsecretário de Estado da Administração Escolar, à inauguração de um bairro de casas para pobres e ao início da construção da Escola Técnica daquela vila-praia do nosso Distrito, esteve na cidade de Aveiro, como anunciáramos, o sr. Eng.º Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas que presidiu aqui a uma sessão solene, no salão nobre do Governo Civil, para apresentação do Plano Regional de Aveiro.

Ladeando aquele membro do Governo, na mesa de honra, tomaram lugar os srs.: Dr. Manuel Louzada, Governador Civil de Aveiro; Dr. Freitas Pimentel, Governador Civil da Horta; Dr. Carlos Costa, Governador Civil substituto de Coimbra; Dr. Aulácio de Almeida, Presidente da Junta Distrital; Coronel Júlio Ferrer Antunes, Presidente da Comissão Distrital da U. N.; Eng.º Celestino da Costa, representando o Director-Geral dos Serviços de Urbanização; Dr. Artur Correia Barbosa, Deputado pelo Círculo de Aveiro; e Eng.º Adolfo Maria da Cunha Amaral, Director de Urbanização do Distrito de Aveiro. Em lugar destacado, via-se o venerando Bispo da Diocese, sr. D. Manuel de Almeida Trindade.

Encontravam-se presentes numerosas entidades oficiais de todo o Distrito, designadamente os presidentes das câmaras municipais (com quem, antes da sessão solene, o sr. Ministro das Obras Públicas efectuara uma reunião de trabalhos).

Usou da palavra, em primeiro lugar, o sr. Dr. Manuel Louzada, salientando a distinção e a honra da visita ao Distrito do titular da pasta das Obras Públicas, já que a presença do sr. Ministro Arantes e Oliveira era garantia segura e plena de que estavam à beira da sua efectiva concretização ingentes problemas de vital interesse para a região aveirense, depois de oportunamente equacionados e resolvidos, como melhor convinha.

Finalizando, o Chefe do Distrito de Aveiro apresentou cumprimentos àquele membro do Governo e relevou a importância do Plano Regional de Aveiro, como coordenador da futura e progressiva vida do Distrito, no campo da Urbanização.

Falou, a seguir, o representante do Director-Geral dos Serviços de Urbanização, sr. Eng.º Celestino da Costa, que historiou os motivos que determinaram a elaboração do Plano Regional de Aveiro (que se deve a um despacho de 11 de Março de 1963, do sr. Ministro das Obras Públicas, determinando o início

Continua na página 8

Aveiro, 5 de Fevereiro de 1966 ★ Ano XII ★ N.º 587

Litoral

SEMANÁRIO

DIRECTOR E EDITOR — DAVID CRISTO ★ ADMINISTRADOR — ALFREDO DA COSTA SANTOS
PROPRIETÁRIOS — DAVID CRISTO E FRANCISCO SANTOS ★ REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: EM «A LUSITÂNIA», R. DE HOMEM CRISTO — TEL. 23886 — AVEIRO

VELHICE

Um dia alguém que se sentia jovem,
Pediu-me que falasse da velhice,
E eu, reconsiderando, só lhe disse:
Da velhice das coisas, ou do Homem?

A velhice dos homens, não existe,
O corpo da pessoa, não interessa,
Se ele avança e se desfaz depressa,
A juventude do pensar... persiste.

Quem só julga a pessoa pela idade,
Recorde como fala o Santo Padre,
As palavras que saem dos Seus Lábios...

Velhice... não, mas sim maturidade,
Em «seres» humanos, cheios de «verdade»,
Que a vida agreste, transformou em sábios...

Porto, 13 de Janeiro de 1966

Augusto José Sobrinho Barata da Rocha

A Casa de Amanhã

APONTAMENTO DE M. D.

HÁ países onde os problemas domésticos, sejam eles de que natureza forem, se debatem com ardor, isto até que se encontre, para eles, solução humana, justa e prática quanto possível. E, para se chegar a soluções seguras, é costume ouvir a opinião de toda a gente com autoridade, seja qual for o lado por que esses problemas se encarem.

Ora, a propósito do que respeita em particular à casa de cada um, prometemos, num dos últimos números, voltar ao assunto, logo que a ocasião o permitisse. É o que vamos fazer hoje, e exclusivamente ele nos ocupará, no decorrer desta conversa, tanto mais que o problema é interessante, e a todos respeita, em geral.

Tem várias origens de ordem económico-social, como aqui já dissemos, também, a deslocação das massas populacionais para os grandes centros, quer no nosso país, mais modernamente, quer em todos os outros, de características industriais, em particular depois do advento da máquina de vapor, e particularmente com a sua substituição, pelo motor de explosão.

Foi com esse verdadeiro êxodo populacional que se engrandeceram, e até se criaram, muitas das cidades modernas. É que a ida e a volta ao domicílio, longe dos centros obreiros, não só era difícil, na maioria dos casos, como até impossível, por falta de meios de comunicação, rápida e eficiente.

Por isso mesmo, a solução mais viável era armazenar, à pressa, o maior número possível, que se fixou conforme as circunstâncias o permitiam e o meio de subsistência o impunham, quer em compartimentos exíguos e numa promiscuidade criminosa e falta de higiene e conforto de que são exemplos flagrantes os nossos bairros de lata, quer em autênticos pardieiros centrais, em vielas e lugares escusos, cujos exemplos elucidativos são, ainda hoje, aquilo a que é costume designar-se por ilhas, onde se pudesse, não viver, mas vegetar. E foi no meio desta miséria vegetativa que surgiram as duas grandes guerras mundiais da primeira metade deste século, que não só levaram às nações da Europa todos os seus recursos, mas lhes ceifaram milhões de vidas.

Mas, terminada que foi a segunda grande guerra mundial; feitas as contas do dinheiro fabuloso que se gastou nela e que daria, à vontade, para construir uma casa

Continua na página 3

Os srs. Ministro das Obras Públicas e Arquitecto José Semide, na Exposição do Plano Regional de Aveiro

As Rochas da Lua

UM ARTIGO DE ALVES MORGADO

NOTÍCIAS de Baltimore (Maryland), publicadas recentemente nos jornais: os cientistas do departamento de pesquisas mineiras de Mineapolis já andam a estudar a maneira de extrair as riquezas minerais da Lua. Para atingir este objectivo é preciso inventar técnicas diferentes das que se utilizam na Terra. O meio selenita é incompatível com os nossos métodos clássicos de extracção de minérios.

Em primeiro lugar, temos as poeiras, de já nos ocupámos em anterior artigo. Como então dissemos, apoiados na opinião tradicional dos homens de ciência, o solo do nosso satélite é coberto por espessas camadas de poeira. É esta uma das verdades primárias, universalmente aceites, sobre a natureza da atormentada crusta selenita. Sendo assim, e não há nada, por enquanto, que habilite seja quem for a pô-lo em dúvida, as propriedades adesivas da poeira poderão fazer com que

Continua na página 8

Drogarias, Ferragens, Stands, etc.

Importamos directamente camurças e esponjas naturais, lixas, redes metálicas etc. Fazemos preços especiais para revenda. Enviamos folhetos.

CASA CHAVES CAMINHA

Av. Rio Janeiro, 19-B — Tel. 72 51 63 — LISBOA 5

SECRETARIA NOTARIAL DE AVEIRO

PRIMEIRO CARTÓRIO

Certifico, para efeitos de publicação, que, em 30 de Dezembro de 1965, de folhas 42 a 46 do livro de notas para «escrituras diversas» número 146-B, deste Primeiro Cartório, foi lavrada uma escritura de «AUMENTO DE CAPITAL COM ALTERAÇÃO PARCIAL DO PACTO» da sociedade comercial, por quotas, de responsabilidade limitada, que usa a firma «PAULA DIAS & FILHOS, LIMITADA» com sede em Aveiro, pela qual, mediante a incorporação social de fundos de reserva, foi aumentado em 1 450 contos o capital da referida sociedade, e alterado o Artigo Terceiro do Pacto Social, que passou a ter a seguinte redacção:

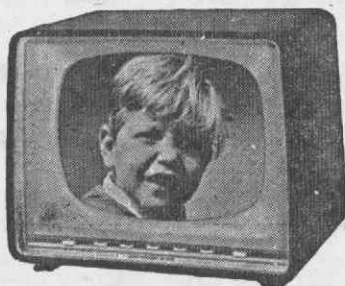
«*Artigo Terceiro*—O capital social inteiramente realizado e constituído pelos bens, valores e mais direitos sociais, nos termos constantes da sua escrita, é do montante de 2 500 000$00, dividido em 10 quotas, delas pertencendo: uma de 623 contos, a cada um dos sócios José André da Paula Dias e João André da Paula Dias, outra de 8 350$00 ao sócio José André da Paula Dias, outra de 11 650$00 a este mesmo sócio, outra de 8 325$00 ao sócio João André da Paula Dias, outra de 11 675$00 a este mesmo sócio, duas, de 490 contos uma e de 10 contos outra, ao sócio António André da Paula Dias, e, uma de 357 contos, a cada uma das sócias D. Maria de Lourdes Ventura Dias e D. Rosa Ventura Dias».

A referida escritura foi outorgada pelo notário Licenciado Joaquim Tavares da Silveira, e acha-se devidamente assinada.

Este extracto está conforme o original, na parte respectiva, nada havendo na parte omitida que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Aveiro, 7 de Janeiro de 1966

O Ajudante,
Luís dos Santos Ratola

Litoral N.º 587 ★ Ano-XII ★ Aveiro, 5-2-66

RESTAURANTE PINHO

Trespassa-se

Por os proprietários não poderem estar à frente do negócio. Praça do Peixe — AVEIRO.

Empregado à prática

— Precisa Pastelaria - Confeitaria Avenida.

Caixa de Previdência do Distrito de Aveiro

Sede: Av. Dr. Lourenço Peixinho, 164
AVEIRO

Admissão de Pessoal

Contabilistas, Dactilógrafos de 2.ª classe e Aspirantes

Para os devidos efeitos se torna público que se encontra aberto concurso, pelo prazo de 20 dias a contar da data deste AVISO, para provimento de vários lugares das categorias de:

Contabilista
Dactilógrafo de 2.ª classe
Aspirante

Os lugares de Contabilista só poderão ser providos em diplomados com o curso de contabilista dos Institutos do Ensino Médio Comercial, com a idade mínima de 18 anos e a máxima de 35 anos.

Aos lugares de Dactilógrafo de 2.ª classe e Aspirante poderão candidatar-se os indivíduos, também maiores de 18 anos e menores de 35 anos, habilitados com o Curso Geral dos Liceus ou equivalente e que hajam concorrido aos concursos abertos pela Direcção Geral da Previdência e Habitações Económicas para admissão de pessoal das instituições de previdência.

Aveiro, 3 de Fevereiro de 1966

O Presidente,
Augusto Soares Coimbra

Caixa de Previdência do Distrito de Aveiro

Sede: Av. Dr. Lourenço Peixinho, 164
AVEIRO

Admissão de Pessoal

CHEFES DE SECÇÃO

Para os devidos efeitos se torna público que se encontra aberta pelo prazo de 20 dias a contar da data deste AVISO, a inscrição de candidatos para o provimento de vagas da categoria de Chefe de Secção.

Os interessados deverão possuir as condições referidas nos despachos superiores de 18/2/959 e 2/12/961, podendo candidatar-se os seguintes indivíduos:

— Licenciados em Direito, Economia, Ciências Económicas e Financeiras ou pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina;

— Primeiras escriturárias ou contabilistas com pelo menos 5 anos de bom e efectivo serviço na categoria, e habilitadas com qualquer curso superior;

— Primeiros escriturários ou contabilistas aprovados em concurso de habilitação para chefes de secção.

Aveiro, 3 de Fevereiro de 1966

O Presidente,
Augusto Soares Coimbra

Empregados

— Com prática de balcão. Precisam Papelaria Avenida e Ferragens de Aveiro, Lda.

Caixa de Previdência do Distrito de Aveiro

Sede: Av. Dr. Lourenço Peixinho, 164
AVEIRO

Admissão de Pessoal

1.ºs, 2.ºs, 3.ºs Escriturários e Dactilógrafos de 1.ª

Para os devidos efeitos se torna público que se encontra aberto concurso, pelo prazo de 20 dias a contar da data deste AVISO, para provimento de vários lugares das categorias de:

1.º Escriturário
2.º Escriturário
3.º Escriturário
Dactilógrafos de 1.ª classe

Nos seus requerimentos a esta Caixa, os interessados deverão precisar se deram cumprimento ao disposto no n.º 1 da circular da Direcção Geral da Previdência e Habitações Económicas n.º 38/62, de 17/5/962, qual seja: darem conhecimento da sua pretensão à Direcção da Caixa a cujo quadro pertencem.

Aveiro, 3 de Fevereiro de 1966

O Presidente,
Augusto Soares Coimbra

A Casa de Amanhã

Continuação da primeira página

para cada família; tornados que foram fáceis e relativamente baratos os meios de comunicação acelerada; ponderadas as razões pelas quais os estados se sentiam na obrigação de reconstruir o que a metralha disimara e o tempo não permitira se fizesse, logo se ventilou a questão de como, e de onde, seriam possíveis construções em quantidade tal que as famílias abandonassem a miséria em que viviam e a promiscuidade que se impusera, à falta de melhor! E foi assim que, por exemplo, em França, se levou a cabo um inquérito que se estendeu a todas as cidades de mais de 20 mil habitantes, sobre qual seria a maneira mais viável de resolver o problema habitacional: se em grandes imóveis, se em pequenas casas, cada uma para cada família. Setenta e oito por cento dos homens e 67 por cento das mulheres opinaram, sem reservas, pela casa individual.

Vários outros inquéritos, desta vez mais gerais, se levaram ainda a cabo, em especial em 1947 e 1963, para se chegar à conclusão de que, inclusivamente dos indivíduos que vivem em grandes imóveis, apenas 25 por cento optaram por estes, enquanto que os outros três quartos afirmaram que, só compelidos pela força das circunstâncias, ou por necessidade extrema viviam apartamentados, pois preferiam viver em casa sua, ainda que longe dos grandes centros.

Houve para aí, é verdade, ainda há bem pouco tempo, quem aventasse que, tendo as populações tendência para viver nos grandes meios, dentro de poucos anos o mundo inteiro, ou a população dele, estaria agregada, quando muito, em mil cidades, e que o resto não contaria, como urbe de jeito. E previa-se, até, que, a partir de 1985, por exemplo 80 por cento da população francesa viveria em cidades — e só Paris teria, nessa alutra, 12 milhões — que uma espécie de nebulosa se formaria na América, com Boston-New York-Washington por centro, com 36 milhões, e a China inteira aglomerar-se-ia em 200 cidades, isto para só falar nos grandes centros, de todos conhecidos!

A verdade, porém, é que o bom senso, a ordem e higiene, a saúde e a moral públicas nos indicam justamente o polo oposto desta solução, ou seja a descentralização, isto de maneira a prevalecer o resultado da opinião pùblica francesa que não está de acordo com a mesma centralização, e contra ela protesta. A verdade é que, deste protesto, fez-se há pouco eco, se não porta-voz, o arquitecto francês Michel de Chalendar, que, num opúsculo apenas de 150 páginas, intitulado «Campo Livre», e que é um maravilhoso ensaio sobre a casa do futuro, cheio de estudos, esquiços e ideias, pôs a questão nos seus devidos termos. Ele próprio, entrevistado pelos jornalistas, explicou que pouco era seu, e o resto era... do «Senhor Toda a Gente».

O conteúdo do referido opúsculo pode cifrar-se em meia dúzia de palavras:...«a maior parte de vós, franceses, sonha com uma pequena casa sua. Ora, até aqui, os especialistas, há 20 anos que pretendem convencer-vos de que esse sonho é retrógrado, dispendioso e irrealizável. E, em nome do progresso, ensanduicham-vos em apartamentos de locação. Pois bem: vós é que tendes razão e os técnicos é que laboram em erro, pois, pelo mesmo preço, poderiam oferecer-vos pequenas e simpáticas casas, ou pavilhões, no meio da verdura»!...

Argumentava-se, até aqui, que as casas pessoais custavam bastante mais e exigiam uma loucura de terrenos. Ora o autor do opúsculo em questão consegue, apenas em 20 páginas, rebater este argumento e pôr a questão nos devidos termos.

Assim, afirma ele, um pequeno grupo de casas individuais, com o terreno a 10 fr. o m² apenas fica mais caro 4 por cento do que um conjunto de apartamentos, em superfície equivalente. Mas, claro está, levando já, em linha de conta, as ruas, as escolas, os esgotos, a água e a electricidade. Mas, se o terreno for comprado ao preço do Ha. de cultura, já a diferença é nula. E, se se aumentar a superfície média dos alojamentos, o que é para desejar, aí teremos já construções mais baratas do que os grandes imóveis.

Não será isto uma utopia, conquanto bem estudado e calculado?! A prática, está já a demonstrar que não. Assim, já na América, uma sociedade acaba de construir, a sudoeste da capital, 65 mil pavilhões deste género; os alemães, os dinamarqueses, os holandeses e os belgas seguem-lhes as pisadas, e a própria França abriu já concurso para a construção de mil destas casas, nos arredores de Paris. Parece, por conseguinte — isto em resumo, está bem de ver — que a tendência de hoje é levar cada família a viver em casa sua, e não apartamentada, nos grandes centros, onde a vida tem uma série de inconvenientes, sobre tudo de ordem moral.

E foi esta a razão pela qual eu, num dos meus últimos escritos, dizia à Câmara de Aveiro que o seu problema n.º 1 estava na abertura de meios de comunicação com o exterior, em abundância, porque o futuro faria o resto, ainda mesmo que as entidades oficiais e responsáveis não venham a dar encentivo à solução do problema habitacional, a bem da higiene, do conforto e mesmo da moralidade pública, a que não são estranhos até a ganancia dos construtores e o atrevimento de certos senhorios que dia a dia mais afiam as garras e apuram todos os sentidos de exploração geral!

M. D.

INFORMAÇÃO DESPORTIVA

FUTEBOL

Motivos diversos forçam-nos a apresentar hoje a Secção Desportiva do «Litoral» em moldes diferentes do usual, limitando os noticiários a uma simples informação dos resultados e classificações das provas em que directamente estão interessadas equipas aveirenses.

Sumário Nacional

I DIVISÃO

RESULTADOS DA 17.ª JORNADA:

GUIMARÃES — BEIRA-MAR 2-0
SPORTING — BARREIRENSE 3-0
LUSITANO — LEIXÕES 0-2
VARZIM — BENFICA 1-1
PORTO — BRAGA 4-2
C. U. F. — SETÚBAL 0-2
ACADÉMICA — BELENENSES 0-1

TABELA CLASSIFICATIVA:

	J	V	E	D	Bolas	P
Sporting	17	13	3	1	53-15	29
Benfica	17	11	4	2	48-23	26
Guimarães	17	10	4	3	40-24	24
Porto	17	8	5	4	46-19	21
Varzim	17	6	5	6	29-26	17
Setúbal	17	6	5	6	27-25	17
Belenenses	17	7	3	7	18-18	17
Braga	17	7	2	8	26-37	16
Académica	17	4	6	7	31-33	14
Cuf	17	5	4	8	21-33	14
BEIRA-MAR	17	4	4	9	18-36	12
Barreirense	17	5	1	11	21-35	11
Leixões	17	3	4	10	19-29	10
Lusitano	17	2	6	9	16-40	10

JOGOS PARA AMANHÃ:

BARREIRENSE — BEIRA-MAR (2-3)
LEIXÕES — SPORTING (0-4)
BENFICA — LUSITANO (2-1)
BRAGA — VARZIM (0-3)
SETÚBAL — PORTO (0-0)
BELENENSES — C. U. F. (0-1)
ACADÉMICA — GUIMARÃES (2-3)

II DIVISÃO

RESULTADOS DA 17.ª JORNADA:

PENAFIEL — ESPINHO 4-1
SANJOANENSE — U. DE TOMAR 6-1
PENICHE — BOAVISTA 1-1
COVILHÃ — SALGUEIROS 1-1
LEÇA — FAMALICÃO 4-2
OVARENSE — MARINHENSE 2-0
LAMAS — OLIVEIRENSE 0-1

TABELA CLASSIFICATIVA:

	J	V	E	D	Bolas	P
Sanjoanense	17	12	2	3	45-13	26
Covilhã	17	8	5	4	26-27	21
Salgueiros	17	8	4	5	27-17	20
Penafiel	17	8	2	7	29-20	18
Leça	17	7	4	6	28-24	18
Ovarense	17	8	2	7	21-23	18
U. de Tomar	17	6	6	5	26-31	18
Lamas	17	7	3	7	26-25	17
Marinhense	17	6	3	8	30-30	15
Espinho	17	5	4	8	17-24	14
Oliveirense	17	6	2	9	18-28	14
Boavista	17	3	7	7	23-31	13
Famalicão	17	6	1	10	21-34	13
Peniche	17	5	3	9	15-22	13

JOGOS PARA AMANHÃ:

U. DE TOMAR — ESPINHO (1-0)
BOAVISTA — SANJOANENSE (0-2)
SALGUEIROS — PENICHE (1-0)
FAMALICÃO — COVILHÃ (2-3)
MARINHENSE — LEÇA (3-4)
OLIVEIRENSE — OVARENSE (0-2)
LAMAS — PENAFIEL (1-0)

Guimarães, 2 — Beira-Mar, 0

Jogo no Estádio Municipal de Guimarães, sob arbitragem do sr. Aniceto Nogueira, da Comissão Distrital do Porto.

As equipas apresentaram-se assim constituídas:

VITÓRIA DE GUIMARÃES — Dionísio; Gualter, Artur e Vieira; Joaquim Jorge e Paulino; Peres, Morais, Djalma, Mendes e Castro.

BEIRA-MAR — Vítor; João da Costa, Evaristo e Pinho; Brandão e Marçal; Azevedo, Diego,, Gaio, Abdul e Garcia.

O intervalo chegou com os grupos empatados, sem golos. Na segunda parte, aos 52 m., por intermédio de PERES, e aos 81 m., por intermédio do brasileiro MORAIS, os vimaranenses conseguiram os tentos que lhes garantiram o seu difícil e laborioso triunfo.

Mercê de perfeita cobertura da sua baliza, os beiramarenses criaram sérias dificuldades à turma-sensação do Nacional — 65-66, que apenas respirou fundo e cantou vitória a nove minutos do termo do encontro.

Até aí, sempre receosos de uma igualdade (que o Beira-Mar teve à vista, aos 60 m., num lance finalizado por Garcia...), os minhotos nunca puderam render o seu melhor — isto por culpa dos muitos méritos do onze beiramarense.

Foi este, em resumo, o «filme» do desafio — jogado com extrema correcção (apenas ensombrado por deselegante e condenável atitude do brasileiro Djalma sobre Brandão, a que o árbitro fez vista grossa). A arbitrabem também foi bem orientada, sem quaisquer motivos para reparos, além do que acima se anotou.

Sumário Distrital

PROVAS DA A. F. A.

I DIVISÃO

RESULTADOS DA 19.ª JORNADA:

ALBA — BUSTELO 4-1
ESMORIZ — RECREIO 3-0
ANADIA — CUCUJÃES 2-2
ARRIFANENSE — FEIRENSE 1-5
ESTARREJA — VALECAMBRENSE 2-1
VALONGUENSE — O. DO BAIRRO 1-3
S. JOÃO DE VER — P. BRANDÃO 0-0

RESERVAS

RESULTADOS DA JORNADA:

ESPINHO — VISTA-ALEGRE 7-0
SANJOANENSE — FEIRENSE 1-0
OLIVEIRENSE — OVARENSE 2-0
ALBA — MACINHATENSE 2-1
VALECAMBRENSE — PEJÃO 0-1

JUNIORES

RESULTADOS DA 20.ª JORNADA:

SANJOANENSE — S. JOÃO DE VER 3-0
CESARENSE — P. DE BRANDÃO 0-1
LAMAS — VALECAMBRENSE 1-1
VALONGUENSE — ESTARREJA 7-3
OLIVEIRENSE — BEIRA-MAR 1-1
CUCUJÃES — RECREIO 1-2
ANADIA — MEALHADA 3-1
OVARENSE — ALBA 0-3

JUVENIS

FASE FINAL — 2.ª JORNADA:

RECREIO — ESPINHO 2-1
OVARENSE — BEIRA-MAR 0-1
ANADIA — SANJOANENSE 0-1

BASQUETEBOL

Sumário Nacional

I DIVISÃO

Resultados da 4.ª jornada:

INVICTA — ILLIABUM 94-18
PORTO — SP. FIGUEIRENSE 57-40
VASCO DA GAMA — GALITOS 62-31
ACADÉMICA—SP. MARINHENSE 64-21

Tabela classificativa:

	J.	V.	D.	Bolas	P.
Invicta	4	4	—	251-144	8
V. da Gama	4	3	1	237-164	7
Académica	4	3	1	210-174	7
Porto	4	2	2	195-162	6
GALITOS	3	2	1	119-118	5
ILLIABUM	4	1	3	167-230	5
Sp. Figueir.	4	—	4	137-218	4
Marinhense	3	—	3	75-191	3

A próxima jornada:

GALITOS — INVICTA
ILLIABUM — PORTO
SP. FIGUEIRENSE — ACADÉMICA
SP. MARINHENSE — VASCO DA GAMA

II DIVISÃO

Resultados da 4.ª jornada:

Série A

NAVAL — ESGUEIRA 57-39
LEÇA — CALDAS 41-27
GUIFÕES — C. D. U. P. 18-30

Série B

SANGALHOS — GINÁSIO 55-36
OLIVAIS — EDUCAÇÃO FÍSICA 33-42
FLUVIAL — SANJOANENSE 61-27

PROGNÓSTICO DO CONCURSO N.º 23 DO TOTOBOLA

13 de Fevereiro de 1966

N.º	EQUIPAS	1	X	2
1	Beira Mar-Leixões	1		
2	Sporting - Benfica	1		
3	Lusitano - Braga	1		
4	Varzim - Setúbal	1		
5	Porto - Belenenses	1		
6	C.U.F. - Académica	1		
7	Penafiel-U. Tomar	1		
8	Peniche - Famalic.	1		
9	Leça - Oliveirense	1		
10	Sintrense-Torrien.	1		
11	Oriental - Olhanen.	1		
12	Beja - Leões	1		
13	Seixal - Alhandra	1		

Pela Câmara Municipal

— Foi adjudicada a empreitada de «*Implantação da conduta adutora e construção de um marco fontenário em Quintã do Loureiro*», pela importância de 60 000$00.

— Foi aberto concurso para a obra de «*Pavimentação de E. M. 583-3 e Arruamentos em Mataduços — 1.ª Fase — Pavimentação desde a antiga E. N. 16 à Cabine Eléctrica de Mataduços*», com uma base de licitação de 214 096$00.

Notícias Militares

Major José Luís Sacchetti

Por proposta do Comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné, com o parecer do Conselho Superior da Aeronáutica, foi promovido por distinção ao seu actual posto o nosso ilustre conterrâneo sr. Major-piloto-aviador José Luís de Azevedo Barreto Sacchetti, actualmente em serviço na Base Aérea n.º 5, em Monte-Real.

Do expresivo louvor que lhe foi conferido pelo Secretário de Estado da Aeronáutica consta que «*tendo exercido as funções de comandante de um agrupamento operacional naquela Província, juntou à sua capacidade de organização o seu exemplo pessoal, levando a sua sub-unidade a um ponto de eficiência técnica e táctica dificilmente ultrapassável dentro dos condicionamentos em que temos de actuar. No espaço de um ano, realizou cerca de 300 missões de combate e mais de 500 horas de voo, sendo a sua acção excepcional. A eficiência na actuação aliou a coragem, decisão e calma intrepidez perante o perigo; com o seu avião atingido várias vezes, nunca deixou de cumprir a missão sempre que lhe foi possível, chegando a ter de aterrar de emergência, devido a avarias graves, provocadas por projécteis inimigos*».

O mar partiu em dois o arrastão «Santa Mafalda»

Após dez dias de fúria violenta, que levou as ondas a galgar, hora a hora, o arrastão costeiro «Santa Mafalda» — que, como aqui se noticiou na semana finda, havia encalhado à saída de Lisboa, frente ao Forte de S. Julião da Barra — o mar acabou por partir o navio em duas partes, na manhã da passada quarta-feira.

Goraram-se, assim, as vagas esperanças da possibilidade de recuperação do navio, da frota pesqueira da «Empresa de Pesca de Aveiro».

Furto de automóveis

Em consequência dos recentes furtos de automóveis verificados na cidade, o Comando da P. S. P. distribuiu uma nota na qual solicita a todos os automobilistas que não deixem as chaves de ignição dentro dos veículos e que fechem bem as respectivas portas. Pede, ainda, que comuniquem, pelo telefone n.º 115, qualquer manobra suspeita de que se apercebam nas proximidades de carros estacionados.

Quem Perdeu?

Relação dos objectos e valores achados e entregues na Secretaria da P. S. P., referida ao período de 1 a 31 do mês de Janeiro último:

diversas chaves; uma escova de fatos; 5 guarda-chuvas de homem; 2 pares de luvas para homem; 2 pares de luvas para senhora; certa importância em dinheiro; uma sombrinha de senhora; 2 lenços de cabeça; uma alcofa com vários objectos; um relógio de homem; um estojo com objectos escolares; uma nota de Banco; um sapato de criança; uma luva para homem; um porta-moedas de senhora; certa importância em dinheiro; 2 canetas; um «cach-coll»; uma carteira de homem; e vários selos fiscais

O «Litoral» esteve presente na visita da Imprensa à «INTAR»

A convite da Administração da INTAR — nome agora adoptado pela Companhia Portuguesa de Tabacos —, realizou-se, na segunda-feira, uma visita de jornalistas de todo o País às modelares instalações fabris daquela empresa, na zona de Cabo Ruivo, em Lisboa.

O nosso jornal esteve presente naquela visita, de que, na próxima semana, daremos mais circunstanciada notícia.

Dois falsos rebates

Um deles originou grave desastre

Pouco depois das 14 horas de terça-feira, tocaram as sereias. Segundo um telefonema feito para uma das corporações de bombeiros da cidade, deflagrara incêndio na igreja da Oliveirinha. E, lestos, como sempre, como sempre generosos, saíram dos quartéis os bombeiros com viaturas de socorro em direcção ao local indicado.

Não houvera qualquer incêndio! O rebate fora falso, falsamente feito em nome do sacristão do templo pretensamente em chamas, e não só criminoso, como todos os falsos rebates, mas de funestíssimas consequências: uma viatura da Associação Humanitária (Bombeiros Velhos), um pouco adiante da igreja de S. Bernardo, por via de complicada — e, ao que parece, forçada — manobra, embateu violentamente num muro e numa casa.

Para além dos danos materiais nos imóveis e no auto-pronto-socorro de nevoeiro — excelente viatura, de elevadíssimo preço —, ficaram feridos os ocupantes do carro sinistrado: Augusto Correia Charneira, António da Ascensão Rodrigues Adrego (que conduzia a viatura), Henrique Manuel Azevedo Lima, Urbano Sucena de Sousa e Álvaro de Oliveira Charneira.

Os bombeiros feridos, foram ràpidamente conduzidos ao Hospital de Santa Joana, ficando ali internados Augusto Charneira e António Adrego, o primeiro com fracturas no crânio e no maxilar inferior e o segundo com contusões internas e ferida contusa no couro cabeludo. Os restantes, depois de tratados, seguiram para suas casas.

Todos os feridos têm sentido consideráveis melhoras.

*

Ao fim da tarde de quarta-feira, nova chamada telefónica foi feita para o quartel do Bombeiros Velhos, pedindo socorros urgentes para o lugar de S. Bento, na Costa do Valado. O telefonema, tanto como o da véspera, tinha todas as aparências de seriedade: desta feita, o sinistro irrompera em casa particular, e quem telefonou referiu um nome e disse ser ele mesmo o proprietário do prédio.

Uma vez mais, o rebate fora falso — como falso, e inteiramente desconhecido, era o nome indicado!

*

Sofreamos, por agora, toda a repulsa que nos causa a atitude de quem se dá ao sádico prazer de perturbar a tranquilidade pública com tão deploráveis processos — isto porque confiamos em que as autoridades não descansarão enquanto não levarem às justiças o autor ou autores de tão repugnantes delitos.

O 84.º Aniversário dos Bombeiros Velhos

A prestimosa Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro, festejou, no domingo, e na segunda-feira últimos os 84 anos da sua benemérita existência.

No primeiro daqueles dias, depois da cerimónia do hastear da bandeira, com formatura geral, no quartel-sede, ambas as corporações citadinas de bombeiros, precedidas da Banda Amizade, seguiram para a Igreja de Jesus, onde o Rev.º Padre António Augusto de Oliveira, em substituição do Rev.º Padre Manuel Caetano Fidalgo, capelão do aniversariante que se encontrava em Lisboa, celebrou missa por alma dos sócios, membros do corpo activo e benfeitores falecidos, proferindo o celebrante, no momento próprio, uma expressiva homilia. Seguiu-se a costumada e sempre comovedora romagem aos cemitérios, para saudosa evocação e deposição de flores nos túmulos dos que foram prestantes elementos dos bombeiros da cidade.

Regressados ao quartel, ali foram trocadas breves saudações entre os presidentes das duas corporações locais.

Na segunda-feira, realizou-se nas dependências da aniversariante, um jantar de confraternização, que reuniu numerosos convivas, entre eles os rotários aveirenses, que vêm seguindo o simpático costume de fazer coincidir uma das suas reuniões com a festa dos Bombeiros Velhos.

No lugar de honra, tomou assento o sr. Dr. Artur Alves Moreira, ilustre Presidente do Município aveirense, ladeando-o: à direita, os srs. Carlos Aleluia, Presidente da Assembleia Geral da corporação em festa; Dr. Manuel António Gonçalves, Director do Museu; Capitão Firmino da Silva, Presidente da Direcção da Associação Humanitária; Dr. Leite da Silva; Eng.º António Malheiro Sarmento, da «Sacor»; Arnaldo Estrela Santos e o Chefe dos Bombeiros Velhos Manuel da Costa Freitas; e, à esquerda, os srs. Dr. David Cristo, Presidente da Direcção dos Bombeiros Novos; Eng.º João de Oliveira Barrosa, Director da Junta Autónoma do Porto de Aveiro; Desembargador Jaime Dagoberto de Mello Freitas; Dr. Humberto Leitão; Tenente Augusto Natividade e Silva e Carlos Alberto Soares Machado, comandantes, respectivamente, dos Bombeiros Novos e dos Bombeiros Velhos; e Gonçalo Pinto, 2.º comandante desta última corporação.

Aos brindes, usaram da palavra os presidentes das direcções das corporações de bombeiros da cidade, o comandante dos Bombeiros Velhos e o sr. Desembargador Mello Freitas. Encerrou a série de discursos o sr. Presidente da Câmara, que fez afirmações de muita simpatia para com a aniversariante e, respondendo aos precedentes oradores, prometeu o maior empenho na solução dos problemas, ingentes e urgentes, respeitantes às condignas instalações da Associação Humanitária.

Cartaz de Espectáculos

Teatro Aveirense

Ver anúncio em separado

Cine-Teatro Avenida

Sábado, 5 — às 21.30 horas

As 7 Aventuras de Ali-Bábá — um filme com Rod Flash, Bella Cortez e Liliana Zagra.

Para maiores de 12 anos.

Domingo, 6 — às 15.30 e às 21.30 h.

Jerry, Enfermeiro sem Diploma — uma película em que a vedeta é o famoso cómico norte-americano Jerry Lewis.

Para maiores de 12 anos.

Quinta-feira, 10 — às 21.30 horas

Uma Americana em Paris — com Jean Seberg e Stanley Baker em notáveis interpretações.

Para maiores de 17 anos.

I Colóquio da Missão de Acção Social do Distrito de Aveiro

Para solenizar a inauguração das actividades da Missão de Acção Social que está a actuar no nosso Distrito, realizou-se no passado dia 28, no Centro Cultural da Alegria no Trabalho das Fábricas Aleluia, um Colóquio sobre «HABITAÇÃO ECONÓMICA».

Estiveram presentes o Delegado do I. N. T. P., sr. Dr. Fernando Ruy Corte-Real Amaral; os subdelegados do mesmo Instituto, srs. drs. João de Almeida, Cabral e Henrique Botelho; o industrial sr. Carlos Aleluia e o sr. Eng.º Marinheiro, do Centro Cultural da Alegria no Trabalho das Fábricas Aleluia; o Chefe e os assistentes da Missão de Acção Social, respectivamente srs. Dr. António da Rocha Cabral, António Manuel Rodrigues e Alberto Soares Correia; entidades patronais, dirigentes corporativos e muitos operários.

Falou, em primeiro lugar, o sr. Dr. Corte-Real Amaral, enaltecendo o valor da acção a desenvolver pela Missão e os seus principais objectivos, no respeitante à Previdência e Habitação Económica, visando dum modo particular a Lei N.º 2 092 no aspecto da auto-construção com empréstimos concedidos pelas instituições de Previdência aos trabalhadores.

Seguiu-se, no uso da palavra, o Chefe da Missão, que, depois de agradecer a presença do Delegado do I. N. T. P., a quem prometeu mais leal e franca colaboração, se referiu à missão da Imprensa, com palavras de muita admiração.

Prosseguindo, apontou a orientação a seguir pela Missão na sua tríplice função de esclarecer, formar e informar, dando a conhecer, em pormenor, as condições em que os beneficiários da Previdência podem solicitar empréstimos nas modalidades de construção, aquisição e benfeitorias através da Lei N.º 2 092.

No final, os assistentes da Missão responderam às perguntas que lhes foram formuladas por alguns dos presentes.

Actos de Posse

★ **Novo Director do Dispensário da A. N. T.**

No dia 29 do mês findo, tomou posse do cargo de Director do Dispensário local do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos o sr. Dr. Luís Eduardo Ramos.

A cerimónia realizou-se em Coimbra, no Centro de Profilaxia e Diagnóstico da Zona Centro, tendo a posse sido conferida pelo 1.º Assistente da B. C. G., sr. Dr. João Carlos de Moura Marques, que saudou o impossado com palavras de justo louvor.

Estavam presentes o sr. Dr. Ianquel Silbarcant Milhano, meritíssimo Juiz na 1.ª Vara do Tribunal do Trabalho de Aveiro, de que o empossado é perito médico, e colegas de Aveiro e condiscípulos do empossado.

O sr. Dr. Luís Eduardo Ramos, a quem desejamos as maiores felicidades no desempenho das suas novas funções, é distinto e conhecido clínico, há muitos anos radicado em Aveiro. Substitui na direcção do Dispensário o ilustre médico sr. Dr. Adérito Mendes Madeira, desligado do elevado cargo por haver atingido o limite de idade.

★ **Delegado do M.º P.º no Tribunal do Trabalho de Aveiro**

Ao fim da tarde do dia 1 do corrente, tomou posse das funções de Delegado do Ministério Público junto da 1.ª Vara do Tribunal do Trabalho de Aveiro o sr. Dr. Luís Lopes da Mota, que em Bragança exerceu, com o maior aprumo e competência, idêntico cargo.

A posse foi-lhe conferida pelo meritíssimo Juiz, sr. Dr. Ianquel Silbarcant Milhano, que cumprimentou o empossado em expressivos termos, tendo usado ainda da palavra os srs. Dr. Manuel Granjeia, ilustre advogado com escritório nesta comarca, o conhecido médico Dr. Maya Seco e Dr. Nuno Henrique Martins Ferreira Botelho, distinto Subdelegado em Aveiro do I. N. T. P..

Daqui saudamos o sr. Dr. Lopes da Mota, desejando-lhe as maiores venturas profissionais e pessoais.

As nossas fotos

Por lapso, não mencionámos no *Litoral* da pretérita semana, que as magníficas fotografias publicadas na primeira página — do «Santa Mafalda» e do desastre do Vale do Vouga — nos foram cedidas, muito gentilmente, a primeira pelo *Diário de Lisboa* e a segunda pelo sr. Fausto Castilho.

Reparando a falta, aqui lhes deixamos consignado o nosso profundo agradecimento.

Pela Mocidade Portuguesa

Efectuou-se em 22 de Janeiro findo, pelas 16 horas, no salão nobre do Grémio do Comércio de Aveiro, a sessão inaugural do Curso de Estudos Ultramarinos, promovido pela Mocidade Portuguesa.

Presidiu o Governador Civil, sr. Dr. Manuel dos Santos Louzada, ladeado pelos srs. Comissário Nacional para o Ultramar, Tenente-coronel Carlos Gomes Bessa; Presidente da Junta Distrital e deputado Dr. Aulácio de Almeida; Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e deputado Dr. Artur Alves Moreira; Comandante da Base Aérea n.º 7, Tenente-coronel Leite de Almeida; 2.º Comandante do Regimento de Infantaria n.º 10 em representação do Comandante; Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Dr. Corte Real Amaral; Reitor do Seminário de Santa Joana, Monsenhor Aníbal Ramos; e Dr. Manuel Pereira Guimarães, professor do Curso de Estudos Ultramarinos.

Entre a assistência contavam-se as mais destacadas entidades aveirenses, professores, dirigentes e filiados da Mocidade Portuguesa.

O Delegado Distrital da M. P., sr. Dr. Fernando Marques fez a apresentação do sr. Dr. Pereira Guimarães, que, a seguir, pôs em relevo o alcance da obra que o Comissário Nacional da M. P. para o Ultramar vem levando a cabo na doutrinação e intercâmbio da juventude metropolitana e ultramarina.

No uso da palavra, o sr. Dr. Manuel Pereira Guimarães recordou o tempo em que frequentou o Liceu de Aveiro e saudou alguns dos seus antigos mestres, ali presentes, após o que passou a desenvolver o tema «Breves Considerações sobre Intensificação do Povoamento de Angola».

O Comissário Nacional para o Ultramar, sr. Tenente-coronel Carlos Gomes Bessa, disse do prazer que teve em dotar a cidade de Aveiro com o Curso que acabava de ser inaugurado, afirmando que o elevado aproveitamento obtido pelos aveirenses nos Cursos de Verão, realizados em Lisboa, o animaram trazer a esta região um Curso, em paralelo com os que têm funcionado em Lisboa, Porto, Coimbra e Santarém. Fez ainda algumas considerações sobre os objectivos do Curso, para terminar com a esperança que muitos dos actuais alunos possam ser seleccionados para visitar, com tantos outros, as nossas Províncias de Além-mar.

A encerrar a sessão, falou o sr. Dr. Manuel dos Santos Louzada, felicitando o conferencista e o Comissário Nacional — o primeiro, pelo brilho da sua lição; e, o último, pelo meritório trabalho que vem desenvolvendo em prol da juventude, em ordem a um esclarecido conhecimento dos problemas ultramarinos, envolvendo nesta saudação o Delegado Distrital da M. P., sr. Dr. Fernando Marques, pelo seu contributo na formação e doutrinação da juventude aveirense.

Atenção, Aveirenses no Algarve

Um grupo de conterrâneos residentes nesta província, vai levar a efeito, no dia 13 de Março próximo, um jantar de confraternização e sentiriam grande alegria com a presença do maior número possível, pelo que convidam todos os Aveirenses.

As informações e inscrições serão dadas e feitas até 28 de Fevereiro próximo, na Rua do Alportel, 2/A-1.º — FARO.

A Comissão:

Dr. Jorge Monteiro
Cap. Rocha e Cunha
Duarte Simões Cunha
António Gonçalves Caiado

FAZEM ANOS:

Hoje, 5 — *As sr.as D. Maria Margarida Correia de Lacerda Carvalho Machado, esposa do sr. Dr. Luís Roque de Carvalho Machado, D. Maria Celeste de Oliveira Salgueiro Seabra, esposa do sr. Eng.º Paulo Seabra, e D. Alcina Gomes Vieira; os srs. Doutor Luciano Sérgio Lemos dos Reis, Professor da Faculdade de Medicina da Univeridade de Coimbra, e Marcelino Gonzalez de La Peña e a menina Maria Gabriela Queirós Santos, filha do sr. Eng.º Germano Vendrell Santos.*

Amanhã, 6 — *As sr.as D. Maria de Deus Caldeira Gadim, esposa do sr. Floriano Gomes Gadim, e D. Emília Valente de Abreu Freire, esposa do sr. Artur de Abreu Freire; a menina Marília Ferreira dos Santos, filha do sr. Alfredo Francisco dos Santos, e o menino Ricardo Jorge da Rocha Pereira Campos, filho do saudoso Ricardo Pereira Campos Júnior.*

Em 7 — *A sr.ª Dr.ª D. Maria Fernanda da Costa Cerqueira; os srs. Hermenegildo Meireles, Joaquim da Paula Graça, Aurélio Guerra, Jerónimo André Ferreira Nunes e Domingos Pereira Boia; as meninas Florbela Morais Ferreira, filha do sr. Armindo Ferreira, Isaura das Neves Pinho Vinagre, filha do sr. Fernando de Pinho Vinagre, Hermínia Aurora Salgado dos Anjos Vieira, filha do sr. Severino dos Anjos Vieira e Maria Helena Ferreira dos Santos; e os meninos Francisco Miguel, filho do sr. Eng.º Alberto Branco Lopes, e Manuel Marques Vinagre, filho do sr. Joaquim Vinagre dos Santos.*

Em 8 — *As sr.as D. Maria Ferreira, esposa do sr. João dos Santos Baptista, e prof.ª D. Maria da Luz Seabra Barreto; os srs. Artur Custódio Lopes Ramos e José Virgílio de Jesus Martins, aveirense ausente no Brasil; e os meninos António Manuel de Carvalho Maurício, filho do sr. Manuel Maurício, António Tavares, filho do sr. Darlindo Tavares e Orlando da Graça Azevedo Neto, filho do sr. João José Azevedo Neto.*

Em 9 — *O sr. Joaquim de Oliveira Rodrigues; e a menina Fernanda Lisete, filha do sr. António Carvalho da Silva.*

Em 10 — *As sr.as D. Alice Mendes Leite Machado Piçarra e D. Maria Luísa endes Leite de Morais Machado; e o sr. Manuel Casimiro Graça.*

Em 11 — *Os srs. António Simões Cruz, Capitão Diamantino Fernandes, João José Azevedo Neto e Fernando António Martins de Carvalho, filho do sr. José Miguel Pires de Carvalho.*

DR. ANTÓNIO CORREIA RITTO

Foi recentemente nomeado médico-principal da Companhia de Diamantes de Angola o nosso conterrâneo sr. Dr. António Correia Ritto, que exerce clínica naquela Província Ultramarina há perto de dez anos. Sob sua chefia, fica todo o sector da zona mineira daquela Companhia, abrangendo quatro hospitais e quatro dispensários-enfermarias, em que trabalham mais seis médicos, catorze enfermeiros e trezentos auxiliares de enfermagem.

Agradecimento

Manuel Gonçalves da Costa e Silva Júnior

Sua esposa Conceição Vieira Rangel e seus filhos Inocêncio e Manuel Rangel da Silva vêm, por este meio agradecer a todas as pessoas que se associaram à sua dor e acompanharam o seu saudoso marido para a última morada.

Pedem desculpa de qualquer falta involuntàriamente cometida por deficiência de endereços, a quem não tenham expressado o seu reconhecido agradecimento.

Aveiro, 2 de Fevereiro de 1966

SECRETARIA JUDICIAL
Comarca de Aveiro

Anúncio

2.ª Publicação

Faz-se público que no dia 28 do próximo mês de Fevereiro, pelas 10 horas, no Tribunal do Segundo Juízo, desta comarca, na execução de sentença que corre pela primeira secção da Secretaria do mesmo Tribunal contra Florindo Ribeiro, padeiro e mulher Maria de Jesus, doméstica, residentes em Espinho; Francisco Rodrigues Ribeiro, industrial e mulher Deolinda Marcelino Ferreira, doméstica; Manuel Augusto Rodrigues Ribeiro, padeiro e mulher Maria Correria da Costa, doméstica, residentes em Bustelo—Oliveira de Azeméis; Silvina Rodrigues Ribeiro, viúva, doméstica e Maria dos Anjos Rodrigues de Oliveira, doméstica e marido José da Silva Cristóvão, pintor, residentes em Quintã do Loureiro, desta comarca, será posto em praça pela primeira vez, para ser arrematado ao maior lanço oferecido acima do valor adiante indicado, o direito de cada executado à herança indivisa de Maria Rodrigues de Oliveira que foi do lugar de Quintã do Loureiro e que activamente se compõe dos seguintes imóveis:

1.º

Casa de rez-do-chão e primeiro andar, na Quintã do Loureiro, freguesia de Cacia, confinante do norte com Manuel Tavares, sul caminho, nascente João Simões dos Aidos e poente rua, inscrito na matriz urbana sob o art.º 1 061. Tem o valor de 9 520$00.

2.º

Metade de uma terra de semeadura, no Raso, freguesia de Esgueira, confinando, no todo, do norte com caminho, sul João Félix, nascente vários e poente José de Oliveira, inscrita na matriz rústica sob o art.º 4 674. Tem o valor de 1 180$00.

Aveiro, 22 de Janeiro de 1966

O Escrivão de Direito,
Manuel Freire Ferreira

Verifiquei:

O Juiz de Direito,
Francisco Xavier de Morais Sarmento

Litoral ★ Ano XII ★ 5-2-966 ★ N.º 587

SECRETARIA JUDICIAL
Comarca de Aveiro

Anúncio

2.ª publicação

Faz-se público que pela primeira secção do Segundo Juízo da Secretaria Judicial desta comarca, correm éditos de VINTE DIAS, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos executados José dos Santos, comerciante, e mulher Aurora Carvalho dos Santos, doméstica, residentes em Azeitão, comarca de Seixal, para no prazo de DEZ DIAS, posterior ao dos éditos, reclamarem o pagamento dos créditos pelo produto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na execução por custas movida pelo digno Agente do Ministério Público, por apenso aos autos de acção sumária que Casal, Irmãos & C.ª L.da, com sede em Aveiro, moveu aos mesmos executados.

Aveiro, 24 de Janeiro de 1966

O Escrivão de Direito,
Manuel Freire Ferreira

Verifiquei:

O Juiz de Direito,
Francisco Xavier de Morais Sarmento

Litoral ★ Ano XII ★ 5-2-1966 ★ N.º 587

SECRETARIA JUDICIAL
Comarca de Aveiro

Anúncio

2.ª publicação

Faz-se público que pela primeira secção do Segundo Juízo da Secretaria Judicial desta comarca, correm éditos de VINTE DIAS, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado, Dr. Manuel Ferreira Rebolo, casado, médico, residente no lugar e freguesia de Palhaça, desta mesma comarca, para no prazo de DEZ DIAS, posterior ao dos éditos, reclamarem o pagamento de seus créditos pelo produto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na execução por custas movida pelo digno Agente do Ministério Público, por apenso aos autos de acção ordinária de alimentos definitivos em que o mesmo executado é réu.

Aveiro, 12 de Janeiro de 1966

O Escrivão de Direito,
Manuel Freire Ferreira

Verifiquei:

O Juiz de Direito,
Francisco Xavier de Morais Sarmento

Litoral ★ Ano XII ★ N.º 587 ★ 5-2-1966

SECRETARIA NOTARIAL
DE AVEIRO

PRIMEIRO CARTÓRIO

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura outorgada em quinze de Janeiro de mil novecentos e sessenta e seis, perante o notário Licenciado Joaquim Tavares da Silveira, e exarada de folhas trinta a trinta e uma verso do livro próprio número cento e quarenta e sete-B, foi constituída, entre José de Sousa Lacerda, casado com D. Rufina da Conceição Lacerda, e Alfredo de Oliveira Cirne, solteiro, maior, uma sociedade comercial, por quotas, de responsabilidade limitada, nos termos dos artigos seguintes:

Primeiro — A Sociedade adopta a firma «LACERDA & OLIVEIRA, LDA», fica com a sua sede nesta cidade de Aveiro, inicia a sua actividade no dia 1 de Fevereiro do ano corrente, e durará por tempo indeterminado;

Segundo — O seu objecto é a exploração comercial e industrial duma Agência funerária, podendo ser ainda qualquer outra actividade comercial ou industrial, que resolva explorar;

Terceiro — O capital social, já integralmente realizado e em dinheiro, é do montante de oitenta mil escudos, dividido em duas quotas, sendo uma de sessenta contos e pertencente ao sócio José de Sousa Lacerda e outra de vinte contos e pertencente ao sócio Alfredo de Oliveira Cirne;

Quarto — As cessões de quotas entre sócios são livres, mas em relação a estranhos ficam dependentes do consentimento da Sociedade;

Quinto — A Gerência fica, em princípio, afecta exclusivamente ao sócio José de Sousa Lacerda; porém, na sua falta ou impedimento exercerá a gerência a sobredita esposa deste sócio, D. Rufina da Conceição Lacerda;

Sexto — O sócio Alfredo de Oliveira Cirne fica expressamente encarregado da parte executiva industrial da Sociedade, com um vencimento mensal de mil e quinhentos escudos, que, poderá, se o negócio e o seu trabalho o justificarem, vir oportunamente ser aumentado;

Sétimo — A Gerência é dispensada de caução;

Oitavo — Salvos os casos para que a Lei exija outros requisitos, as Assembleias Gerais serão convocadas apenas, por cartas registadas, com oito dias de antecedência.

Está conforme ao original, na parte respectiva, nada havendo na parte omitida que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Aveiro, vinte e dois de Janeiro de mil novecentos e sessenta e seis.

O Ajudante,
Luís dos Santos Ratola

Litoral ★ Ano XII ★ 5-2-966 ★ N.º 587

A Barra e a Ria de Aveiro

Continuação da última página

comparecem no Canal das Pirâmides aos concursos que ali se fazem. Mas havia e ainda há alguns que eram propriedade dos moliceiros das Gafanhas do Sul, designados por « Mirantes ». Completamente pintados exteriormente de piche, só se lhes notavam, a um e a outro lado da proa, os números e as letras de matrícula da Capitania.

Os «Mirantes» preparavam as suas refeições a bordo, como é natural. Num panelão grande de ferro, de três pernas, assente sobre uma improvisada lareira dentro do barco, deitavam-lhe para dentro feijões, batatas, cebolas, nacos de toucinho já rançoso e côdeas de broa muito duras. Deixavam ferver tudo até ficar uma papada de cortar à faca. Chamavam-lhe uma açorda. E então, à hora da refeição, comiam que se fartavam. Descansavam depois um pouco, e recomeçavam o trabalho da apanha do moliço.

Esses mirantes e gafanhões, logo que tinham os barcos carregados de moliço, abeiravam-se da margem da Ria, entre a Torreira e a Mata de S. Jacinto, e punham-no a secar em sítio liberto das amplitudes máximas das marés vivas. Depois de seco, carregavam novamente os barcos, levando, assim, umas poucas de marés de uma só vez e rumavam, por fim, para as suas terras do Sul, pelo canal da Costa Nova. E com esse precioso adubo da Ria é que iam fertilizar as suas terras arenosas, que se desdobravam em riqueza de milho, feijão e batatas, além de outros cereais e legumes. As terras das Gafanhas e de Mira — principalmente em batatas de excelente qualidade, devido ao seu óptimo sabor — eram então consideradas como o principal celeiro do País.

A maior parte destes moliceiros apanhavam o moliço para adubo das suas próprias terras; os restantes colhiam-no para vender a outros lavradores. O rendimento de cada «barcada» — ou «maré», como lhe chamavam — andava à volta de um escudo. Hoje, a escassez é tão grande que pedem por ele um dinheirão. Foi o que me disse há dias um amigo que é importante comerciante e armazenista em Aveiro. Teve necessidade de adubar uma sua propriedade com moliço da Ria, aconselhado por um engenheiro agrónomo. Dirigiu-se a Mira, mas o que aí se vendia, seco e sem lodo, não era o pretendido. Disseram-lhe então que só na Murtosa ou na Torreira encontraria o desejado. Foi então à Torreira e ali pediram-lhe *oitocentos escudos por uma «barcada»*. Eu até sublinhei a frase para maior realce. Veja-se bem: 800$00 por uma «maré» de moliço, que noutros tempos custava apenas 1$00! Alegou então o moliceiro que a Ria tinha muito pouco e que por isso custava muito a panhá-lo.

É certo que as terras da beira-Ria e outras continuam a produzir mesmo com pouco ou até sem nenhum moliço. Há quem diga até que com o adubo químico a produção é maior. E o sabor dos produtos de agora, criados com os amónios, comparado com os de outrora criados com moliço e estrume dos currais?

Quem — já de certa idade, como eu — se não lembra das saborosíssimas batatas que as Gafanhas produziram nos seus terrenos adubados com algas da Ria?

O bom sabor desses tubérculos tinha fama por toda a parte onde eram comidos. Que saudades que eu tenho de uma boa bacalhoada com batatas e tronchudas das Gafanhas, criadas com o moliço da Ria! Eu e todos quantos já saborearam esse pitéu.

E regadinho com a boa pinga da Bairrada?...

E mesmo com o parreirol da Região de Aveiro?

(Mas — bem entendido—, que tanto este como o bairradino fossem o puro sumo da uva e não a zurrapa que agora por vezes nos impingem...)

Devo esclarecer, no entanto, que, para nos deliciarmos com uma bacalhoada com todos, como sucedia noutros tempos, seria necessário que o bacalhau também correspondesse à pureza e sabor dos outros ingredientes seus acompanhantes. Mas, infelizmente, tal não acontece nos tempos que vão correndo. O fiel amigo de outros tempos também tem hoje a sua história — triste história — por lhe terem estragado o sabor. Vinha do mar gelado, depois de tantos trabalhos, riscos e canseiras sofridas por quem lá o ia pescar, muito bem salgado e acamado nos porões dos navios. Uma vez chegados estes aos seus ancoradoiros junto das secas, era descarregado para os armazéns e depois era posto a secar ao sol e ao vento outonais. As nortadas agrestes, combinadas com os raios solares, davam-lhe a cura necessária e conveniente de modo a torná-lo saboroso e pronto a ser comido, até mesmo cru, com um bom naco de broa caseira. Depois... vieram as *sulfatagens metabisulfíticas* com o seu *«pó-de-perlim-pim-pim»* e ardeu a tenda. Foi-se o bom sabor do fiel amigo...

E aqui está como nós começámos por dizer nestas considerações que o moliço vem desaparecendo da Ria, mercê, como supomos, da inquinação das águas e dos assoreamentos ; passámos para as saborosas batatas que ele ajudava a produzir nas areias das Gafanhas e de Mira; e acabámos por abordar, também, o saboroso bacalhau, de saudosa memória.

No meu artigo XV, de 9 do mês findo, versando a continuação do berbigão, houve um lapso que tenho de rectificar. Deu-se na transcrição feita do «Diário de Lisboa», sobre o rendimento das ostras na Ria da Galiza. A transcrição dizia que tal rendimento — como eu copiei — era de dois mil milhões de pesetas, e o jornal reduziu-lhe grandemente aquela quantia para dois milhões de pesetas. Por se tratar de uma diferença quase astronómica, aí fica a rectificação, para os devidos efeitos.

GONÇALO MARIA PEREIRRA

Prémios Calouste Gulbenkian de Estética, História da Arte, Arqueologia e Crítica de Arte

O plano estabelecido pela Fundação Calouste Gulbenkian quando instituiu os Prémios a que deu o nome do seu Fundador, para distinguir, bienalmente, trabalhos originais ou impressos de Estética e, anualmente, trabalhos em condições similares de História da Arte, Arqueologia e Crítica de Arte, vai ser objecto de revisão, que se tornou particularmente recomendável pelo facto de os juris constituídos para apreciarem os trabalhos apresentados aos respectivos concursos terem decidido, em mais do que num caso, não atribuir os mesmos Prémios.

Assim, o Conselho de Administração da Fundação decidiu não abrir este ano o concurso para os mesmos Prémios, que deveria decorrer durante o próximo mês de Fevereiro, e oportunamente divulgará as novas condições que presidirão aos referidos concursos e assim mesmo a nova periodicidade estabelecida para efeitos de atribuição dos mesmos prémios.

CAMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto no § 1.º do art.º 28.º do Código Administrativo e para os fins consignados na primeira parte do § 3.º do art.º 29.º convoco o Conselho Municipal para a primeira reunião ordinária a realizar no dia 15 do corrente mês de Fevereiro, pelas 10 horas, com a seguinte ordem do dia:

a) — Discussão do Relatório da Gerência de 1965;

b) — Apreciação de diversas deliberações camarárias.

Paços do Concelho de Aveiro, 2 de Fevereiro de 1966

O Presidente da Câmara,

Artur Alves Moreira

A Visita do Ministro das Obras Públicas

Continuação da última pagina

Quase era desnecessário, em presença do que fica dito, afirmar que todos nós, aqueles que estamos ligados a este Distrito, por qualquer forma, quanto mais não seja pelo amor que lhe votamos, devemos estar profundamente agradecidos às entidades que deram a sua colaboração a este trabalho.

Já aqui foram referidos alguns nomes. Não irei repeti-los; mas quero dizer que V. Ex.as fariam bem em fixá-los no rol das pessoas a quem devem estar gratos.

É uma notícia que certamente o Distrito há-de acolher com todo o interesse, esta de que este Plano se pode considerar concluído na sua fase principal. Chamamos-lhe Ante-Plano — diganos — por modéstia, porque, na realdade, ele foi estudado com tanta profundidade e com tanto apego que poderia já chamar-se Plano definitivo, naquela medida relativa de que falei há pouco. Quer dizer: um Plano que, embora constituindo, de momento, a expressão mais honesta das exigências deste Distrito, como nós de tal nos apercebemos, é, no entanto, um Plano susceptível de ser corrigido e ajustado o todo o momento.

Meus Senhores:

Pois que o futuro venha realmente a corroborar o bom sentido e a veracidade, o bom fundamento destas minhas palavras. É que, realmente, demos hoje um passo importante para o progresso do belíssimo Distrito de Aveiro. Que assim seja. E que V. Ex.as venham, qualquer que seja a vossa posição, a sentir simpatia por este estudo, que se fez com a melhor das intenções; que lhe venham a prestar toda a sua colaboração, porque ela é sempre necessária para que o Plano se traduza em elementos concretos e reais, da melhor forma que for possível. Antecipo os meus agradecimentos: muito obrigado, meus Senhores!

Seguiu-se, nos salões do Cine-Teatro Avenida, uma visita à exposição alusiva ao Plano Regional de Aveiro — valioso certame ilustrado com 232 cartas em que se apresentam os estudos e trabalhos levados a efeito nos seus dois anos e meio de actividade, pelo Gabinete Técnico do Plano Regional de Aveiro, composto pelos arqu.os José Semide, Rogério Barroca, agente técnico de Engenharia Júlio Maia, tendo como consultores os urbanistas franceses Profs. Robert Auzelle e Ivan Jankovic.

A visita, que decorreu com muito interesse, foi orientada pelos elementos de Gabinete Técnico do Plano Regional e ainda pelo Prof. Robert Auzelle, que sobre ele prestaram elucidativos esclarecimentos.

Visita Ministerial a Aveiro

Continuação da primeira página

dos respectivos trabalhos e estudos, a executar através dum Gabinete Técnico e numa Comissão Consultiva, ambos então criados), e que explicou o seu significado e utilidade — mais perfeitamente apreendidos depois da visita à exposição inaugurada após aquela sessão solene. Acerca da prioridade atribuída à região de Aveiro, para beneficiar de estudos altamente especializados como os necessários para a execução do seu Plano Regional, foi explicada pela urgência que se reconheceu de se coordenarem as iniciativas que surgiram para exploração turística da Ria de Aveiro, por forma a tirar-se o melhor partido, desde início, das excepcionais condições da vasta região lagunar aveirense.

A encerrar a sessão, o sr. Ministro Arantes e Oliveira, em feliz improviso, proferiu as palavras que, na íntegra, a seguir damos à estampa:

Tenho de começar por lhe agradecer, sr. Governador Civil, as palavras amabilíssimas que me dirigiu há pouco. V. Ex.ª recordou que era a segunda vez que eu vinha este ano ao Distrito de Aveiro. Tenho pena de não poder cá vir todos os dias: — é uma região que me encanta pelas suas belezas naturais, pela sua paisagem física, podemos dizer; mas também pela sua paisagem humana: gente da melhor, gente portuguesa da melhor!

Não irei mais longe na exteriorização das razões que me trazem ligado pelo coração a este Distrito. Mas quero pôr em foco que aquilo que estamos comemorando neste momento, quer ainda significar da nossa parte uma grande consideração e um grande apreço por tudo quanto há de valioso no Distrito de Aveiro.

Este plano Regional — que na sua fase principal se pode considerar concluído e dentro em breve V. Ex.ªs poderão apreciar — corresponde a uma necessidade de ordem prática perfeitamente averiguada: poder coordenar todas as actividades, não só no foro oficial, como no sector privado, todas as iniciativas de realizações em favor do progresso deste Distrito.

Verificámos, com apreensões, que algumas dessas iniciativas correriam o risco de descoordenação. E, na impossibilidade de podermos dar uma palavra de orientação, estávamos correndo um grave risco: o de comprometer esta beleza inigualável da região da Ria de Aveiro.

Quero dizer que este Plano Regional é, antes de tudo, a tradução de uma medida cautelar. Mas não é só neste papel passivo que o devemos encarar; é já bastante, é já uma conquista, de que devemos estar muito satisfeitos, esta de passarmos a ter, de hoje em diante, maneira de orientar o progresso deste Distrito, no que dependa do aproveitamento e utilização do seu solo. Mas o Plano é mais do que isso: é também um Plano activo, por isso que vai dizer a todas aquelas entidades que detêm, em qualquer medida, em qualquer grau, a responsabilidade de fazer crescer este Distrito, qual é a melhor forma de exercerem a sua acção. É, portanto, um documento de alta valia, um documento que se deve não só ao Ministério das Obras Públicas — que, na verdade teve a iniciativa de o pôr em marcha — mas também, e em larga medida, à larguíssima cooperação, que foi pedida e que foi prestada com o melhor espírito, em primeiro lugar pelos senhores Presidentes das Câmaras Municipais interessadas e, em segundo lugar, por aquela falange de pessoas especializadas, cuja colaboração foi solicitada através da Comissão Consultiva, apoiada na qual trabalhou o Gabinete do Plano.

Fizemos o que pudemos para que este Plano Regional viesse a traduzir aquilo que nós, em todos os sectores de actividade, podemos esperar que aconteça para bem deste Distrito.

Não tenhamos ilusões: um Plano destes não pode ser nunca uma obra perfeita, até porque, em determinados sectores, que hão-de ter a sua tradução nesse Plano, podem não estar suficientemente evoluídas as ideias e os estudos. Mas a obra humana é assim mesmo.

O Plano tem a elasticidade necessária para se ir amoldando à evolução das circunstâncias. É um Plano que pode ser revisto, e deve ser revisto, por forma a que se apaguem dele todas as deficiências, à medida que forem verificadas. E, acima de tudo, está a intenção que houve de servir este Distrito.

Continua na página 7

As Rochas da Lua

Continuação da primeira página

se colem ao solo os tapetes rolantes de transporte ou qualquer outro equipamento clássico de exploração mineira.

Em segundo lugar, temos a fraca gravidade do satélite, que impede a fractura de rochas por meio de explosões. Dada a velocidade de escape à superfície da Lua, uma explosão de grande violência poderia promover rochedos a satélites do nosso satélite.

Em terceiro lugar, como a Lua não tem atmosfera — outro dogma geralmente adoptado — não teria ali utilidade o equipamento de pressão de ar, padrão para as escavações terrestres.

Dizem também as notícias a que acima nos referimos, que se estuda a natureza básica das rochas lunares e se tenta descobrir como se exercem as forças de atracção das partículas que as compõem e como poderá operar-se a sua fractura, visto que terão de pôr-se de parte os explosivos. Com efeito, nada se sabe ainda de positivo sobre a constituição das rochas lunares. Sabe-se que o satélite possui gigantescas montanhas, mais altas que as da Terra, e que elas poderão constituir ubérrimos depósitos de minérios, à espera de quem os vá lá buscar. Mas quanto à natureza básica dos rochedos, poderá dizer-se apenas, e com todas as reservas, que ela deve assemelhar-se fundamentalmente à dos terrestres.

Os cientistas americanos confiam nas rochas lunares para a obtenção de produtos necessários aos futuros exploradores. Assim, as rochas de antigos vulcões fornecerão o combustível (acetileno); outras, darão material para abrigos; ainda outras, serão levadas a produzir água, por intermédio de uma técnica muito complexa. Esta água servirá para beber e para decompor em oxigénio, destinado à respiração, e hidrogénio, próprio para combustível.

Tudo isto, que nos vem de Baltimore, parece extraído de um romance de ficção científica, o que não admira, pois é cada vez menos nítida a fronteira entre a ciência pura e a ficção.

ALVES MORGADO

A Barra e a Ria de Aveiro

CONSIDERAÇÕES DO TENENTE GONÇALO MARIA PEREIRA

XVI — O MOLIÇO

O moliço foi outra das grandes riquezas da nossa Ria, nos tempos áureos da sua produção. Riqueza altamente fertilizante, principalmente dos terrenos arenosos situados à volta da laguna, transformando-os em aráveis e produtores de bom pão.

Habituei-me, desde menino e moço, a observar curiosamente os trabalhos dos moliceiros e por isso julgo-me com alguns conhecimentos para poder falar do seu árduo mister na faina quotidiana da Ria.

Em artigo publicado há tempos neste jornal, já classifiquei os moliceiros como beneméritos *engenheiros hidráulicos* da Ria. Merecem esta qualificação, devido às dragagens que anualmente nela fazem.

O moliço e outras algas criavam-se e colhiam-se, noutros tempos, em quase todos os pontos da Ria. Mas a sua maior produção e colheita eram no grande e maravilhoso estuário lagunar entre a Murtosa e a Torreira.

Quem — do meu tempo e até de tempos mais recentes — se não lembra de ver os barcos moliceiros navegar em todas as direcções e sentidos, principalmente naquela parte da Ria, de velas enfunadas ao vento, às centenas, esgaravatando pelos fundos o moliço e os lodos que colhiam para dentro dos seus típicos barcos? Estes barcos eram e são os que ainda hoje têm as mesmas características dos que, pela «Feira de Março»,

Continua na página 7

PONTE, "FERRY-BOAT"... OU NADA

Como prometemos na semana transacta, damos hoje à estampa a carta que nos foi enviada pelo sr. José Gonçalves da Cruz. É abertamente — e exclusivamente — pela ponte, como, aliás, e ainda mais desenvolvidamente, evidenciara na carta, aqui também publicada, no último número, e dirigida à nossa ilustre colaboradora Carolina Homem Christo.

A ligação entre São Jacinto e Forte da Barra está a despertar justificado interesse, pelo que os semanários da região, nos seus dias de saída, são aguardados com extraordinária expectativa.

Julgamos que a única solução válida, para a travessia S. Jacinto — Forte da Barra, é a ponte.

Não se deve ver o problema sòmente pelo lado turístico, que, de facto, se impõe fomentar nesta região de excepcional e incomparável beleza, mas também atender às necessidades dos próprios naturais e, muito especialmente, quando isso contribui para a economia nacional. Há que ter em conta que em São Jacinto se situa uma importante indústria de construção naval, bem como uma Base Aérea.

Uma ponte implica gasto de muito capital, que, por ser aplicado em obra de valorização constante e de utilidade permanente, fomentando turismo, trazendo economia aos que labutam na indústria da região, facilita o movimento das gentes que serve, pelas consequentes ligações rodoviárias que faculta, levando a todos as possibilidades de, em qualquer dia e hora, acorrerem a meios comerciais, médicos e até culturais. Tudo isso uma ponte facilita e é digno de ser registado.

A ponte é a única obra própria dos nossos dias; além de uma obra de grandeza, é sempre um estímulo para o contribuinte que, a par da defesa da Pátria, verifica que se processa simultâneamente o progresso interno.

O «ferry-boat» é uma solução precária, cara, com constantes encargos, cujos rendimentos seriam absorvidos com honorários da tripulação, combustíveis, beneficiações, etc., porque os naturais não o utilizariam por moroso e de serviço irregular, especialmente no inverno.

Certamente o custo dos «ferry-boats» e instalações próprias ultrapassaria dez mil contos, verba que seria uma achega para a ponte.

Cronistas vários têm dado a sua opinião, nunca se lembraram, porém, das centenas de pessoas que precisam de utilizar esse transporte, da economia que representam para a Nação os transportes da Base e de quanto isso representaria para a regularidade de produção das indústrias que utilizam mão de obra que se situa na margem oposta às suas instalações.

Há 19 anos que atravesso as «mansas» águas da ria. Sou companheiro de muitos e precedido diàriamente de algumas centenas. Em nome desses se pede um cantinho nas colunas da Imprensa regional, para que também sejamos ouvidos.

O adágio diz que os povos têm aquilo que merecem. Se assim é, nós vamos ter a ponte, porque, por ela, estamos dispostos a lutar e a pagar.

Aveiro, 24 de Janeiro de 1966

JOSÉ GONÇALVES DA CRUZ